

# A aquisição de clíticos dativos em PE: teste piloto<sup>1</sup>

Jaqueline Carmona e Carolina Silva

Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

## 1. Introdução

Este trabalho teve como objectivo investigar se as crianças portuguesas omitem clíticos dativos. Tencionámos, portanto, contribuir com novos dados para os estudos que têm sido desenvolvidos sobre aquisição de clíticos, sobretudo em português europeu (PE).

Entre esses estudos destacam-se os de Babyonyshev & Marin (2003), de Tsakali & Wexler (2003) e de Wexler, Gavarró & Torrens (2003), que defendem que há uma correlação entre a existência de concordância de particípio passado manifestada por algumas línguas e a omissão de clíticos em estádios iniciais de aquisição. Esta correlação, segundo estes investigadores, é decorrente da *Unique Checking Constraint*, uma restrição de verificação única de traços, que impediria a verificação de mais do que um traço pelo clítico. A UCC (originalmente desenvolvida para explicar a *Optional Infinitive Stage* da aquisição da linguagem) actua em conjunto com o princípio de *Minimize Violations*. Este refere que, entre derivações convergentes, aquela que viola o menor número de princípios gramaticais deve ser escolhida. No caso de as duas estruturas tidas em consideração violar o mesmo número de princípios, a MV possibilita opcionalidade.

Baseando-se em Sportiche (1996), Tsakali e Wexler (2003) assumem que o clítico é gerado numa categoria funcional CIP (Clitic Phrase), encontrando-se co-indexado com uma forma pronominal nula que tem de verificar traço-D em AgrO e em CIP. Esta dupla verificação de traços constituiria uma violação da UCC, resultando na omissão do clítico, em consequência do princípio de MV.

Esta hipótese prevê que isto ocorra em línguas com redobro de clítico, sendo o clítico um elemento funcional que pode ser retomado por uma forma nula ou por uma forma pronominal plena.

A UCC, presente na gramática inicial das crianças, é concebida como um princípio de desenvolvimento que desaparece no processo em direcção à gramática do adulto.

De acordo com as investigações referidas, na aquisição de línguas como o espanhol, o grego e o romeno, em que não há concordância do particípio passado com o objecto, os clíticos são produzidos desde cedo. Por outro lado, na aquisição de línguas como o francês, o italiano e o catalão, que manifestam concordância do particípio passado, os clíticos são omitidos até aos 3 anos de idade.

Segundo os mesmos estudos, verifica-se uma correlação entre a idade em que os clíticos começam a ser produzidos e a idade em que desaparecem os infinitivos raiz.

---

<sup>1</sup> Este trabalho está inserido no Projecto POCI/LIN/57377/2004 financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Tendo em conta a hipótese que acabámos de descrever, a da UCC, espera-se que no PE não haja omissão de clíticos nos estádios iniciais de desenvolvimento linguístico, visto que é uma língua que não evidencia concordância de participio passado (nos tempos compostos):

- (1) a. O Rui nunca as tinha conhecido.
- b. \*O Rui nunca as tinha conhecidas.

No sentido de averiguar se esta correlação é válida para o PE, Costa & Lobo (2005) realizaram um estudo experimental no qual testaram a produção de clíticos acusativos de 3ª pessoa.

Estes autores chamam a atenção para o facto de o PE apresentar a particularidade de dispor da construção de objecto nulo. Raposo (1986) descreve que, em PE, frases sem o objecto directo lexicalmente realizado e sem o clítico presente constituem enunciados gramaticais e aceitáveis se o conteúdo do objecto directo é recuperável através do contexto linguístico ou pragmático.

Por conseguinte, Costa & Lobo (2005) admitem que, se as crianças portuguesas omitirem clíticos, há a possibilidade de estarem a utilizar uma estratégia da língua-alvo, produzindo objectos nulos. Torna-se, então, pertinente determinar critérios que permitam distinguir produções com omissão de clítico (típicas da linguagem infantil) de produções adultas com objecto nulo.

Conforme Raposo (1986) informa, existem restrições à distribuição de objectos nulos — os objectos nulos não podem ocorrer em contextos de ilhas fortes, sobretudo em orações relativas e adverbiais. Deste modo, Costa & Lobo (2005) revelam que se torna necessário testar contextos de ilhas fortes na produção das crianças, no sentido de controlar a possibilidade de as crianças estarem a produzir objectos nulos nos restantes contextos.

Por outro lado, estes autores fazem referência a um outro problema apontado especificamente ao PE: a colocação de clíticos. À semelhança do que se encontra registado noutros estudos, os resultados obtidos por Babyonyshev & Marin (2003), Tsakali & Wexler (2003) e Wexler, Gavarró & Torrens (2003) revelam que, nas línguas que analisam, as crianças colocam os clíticos em ênclise ou em próclise nos contextos adequados, ou seja, em conformidade com a finitude da oração.

Por sua vez, em PE, em orações finitas, os clíticos podem ocorrer em posição proclítica ou enclítica, de acordo com o contexto sintáctico. Tal como Duarte & Matos (2000) explicam, a próclise é desencadeada nos seguintes contextos:

- (i) em orações com operadores de negação e sintagmas negativos em posição pré-verbal;
- (ii) em orações com CP preenchido (e.g. relativas, completivas, interrogativas parciais);
- (iii) com alguns sujeitos quantificados em posição pré-verbal;
- (iv) com elementos focalizados de carácter contrastivo, deslocados para a esquerda;

- (v) com alguns advérbios em posição pré-verbal.

A ênclise ocorre nos restantes contextos, sendo o padrão de colocação básico.

Contrariamente ao que está descrito para outras línguas, em PE há evidência de má colocação de clíticos. Segundo Duarte, Matos & Faria (1995), as crianças portuguesas, até cerca dos 42 meses, tendem a generalizar a ênclise como padrão de colocação de clíticos. Duarte & Matos (2000) confirmam esta ideia da generalização inicial do padrão enclítico, independentemente da presença de elementos que induzem próclise.

O estudo efectuado por Costa & Lobo (2005) não confirmou a predição de que o PE, não apresentando concordância de participio passado, não teria omissão de clíticos.

Os resultados obtidos sugerem que as crianças portuguesas omitem clíticos, sendo que a idade em que não há produção de clíticos é superior à que foi observada nas línguas com omissão.

Nesta investigação, Costa & Lobo (2005) verificaram que não há produção de clíticos em contextos de ilhas fortes, mas antes um aumento de DPs. Por conseguinte, os autores consideram que as crianças manifestam algum conhecimento em relação à distribuição de objectos nulos, havendo de facto omissão.

Os autores concluem que a disponibilidade de objectos nulos e a posição variável dos pronomes clíticos geram dificuldades na aquisição de clíticos pelas crianças portuguesas. Como consequência, os referidos autores propõem que a natureza da omissão em PE é diferente e que a sua explicação se baseie em factores de complexidade.

## **2. Comparação entre hipóteses**

Com os dados resultantes deste estudo, pretendemos estabelecer uma comparação entre a hipótese de que a UCC constitui a causa para a omissão de clíticos e a proposta de que a natureza dessa omissão esteja relacionada com a complexidade do sistema linguístico. Por conseguinte, julgamos que o estudo da pessoa gramatical e dos clíticos dativos contribua de forma relevante para o estabelecimento dessa comparação.

Deste modo, se admitirmos que a hipótese da UCC está correcta e assumirmos que os clíticos objecto do PE são argumentais, estes são omitidos porque têm de verificar dois traços: um para Caso e outro que os atrai para o domínio de Infl. Assim, a variação em pessoa é irrelevante para a verificação de Caso, uma vez que qualquer um dos clíticos, quer seja de 1ª, de 2ª ou de 3ª pessoa, encontra-se especificado quanto a caso – acusativo ou dativo (consoante o tipo de clítico). Então, podemos afirmar que a UCC prediz que as taxas de omissão sejam semelhantes nos contextos de 1ª, 2ª e 3ª pessoas, quer em acusativo quer em dativo.

Por outro lado, a hipótese de complexidade prediz que apenas há omissão quando o sistema é complexo, ou seja, quando o clítico alterna com objecto nulo<sup>2</sup>. Nesta hipótese, são colocadas em confronto duas visões:

(i) Visão clássica (Raposo, 1986), na qual o objecto nulo ocorre em contextos acusativos. Neste caso, podemos considerar que se registará uma menor omissão de clíticos dativos do que de acusativos (Costa & Lobo, 2005);

(ii) Visão menos restritiva (Costa & Duarte, 2003), segundo a qual o objecto nulo ocorre em contextos de VP não-máximo. De acordo com esta proposta, prevê-se que a taxa de omissão de clíticos dativos de 3ª pessoa seja superior à de clíticos de 1ª e 2ª pessoas. Os exemplos destes autores permitem-nos constatar que a construção de objecto nulo é restrita a clíticos dativos de 3ª pessoa.

Assim, podemos afirmar que os resultados deste estudo permitirão comparar as duas hipóteses consideradas.

### 3. Metodologia

O método que utilizámos para investigar a aquisição de pronomes clíticos dativos consistiu numa tarefa de produção elicitada.

Segundo Crain & Thornton (1998 – p. 141), tem sido pouco habitual efectuarem-se investigações com crianças em que tenha sido utilizada a produção elicitada. Os autores manifestam a sua surpresa com este facto, uma vez que este tipo de técnica permite elicitar produção em contextos cuidadosamente controlados. O motivo pelo qual há pouca pesquisa em que se empregue este método prende-se com a dificuldade de construir os contextos que permitam testar exclusivamente o que se pretende.

De acordo com Thornton (1998 – p. 77), a produção elicitada é uma técnica experimental concebida para que as crianças revelem a sua gramática, levando-as a produzir determinadas estruturas sintácticas. Estas são elicitadas no contexto de uma simulação teatral, em que usualmente a criança interage com um ou mais bonecos. A representação é encenada a fim de se obterem situações ou contextos apropriados para a produção da estrutura que vai ser investigada, encontrando-se associados a um significado específico. O enunciado que se pretende que a criança produza é elicitado após o experimentador falar com ela de modo a orientá-la nesse sentido. Esta orientação por parte do experimentador destina-se a preparar o contexto e os “ingredientes” para a produção da estrutura-alvo, mas sem interferir na sua formulação.

Actualmente esta técnica está a ressurgir de modo a testar as competências das crianças nas áreas da sintaxe e da semântica. A recolha de discurso espontâneo, embora possua várias vantagens, tem, segundo Thornton (1998 – p. 79), a desvantagem de ser possível que a criança nunca venha a produzir a estrutura gramatical que se pretende estudar. Tal acontece porque as crianças têm tendência a evitar enunciados complexos

---

<sup>2</sup> Existe também a hipótese de a omissão de clíticos dativos ser interpretada como o fenómeno a que se chama “queda de argumento”. No entanto, nesta investigação não avaliamos essa possibilidade.

na sua linguagem do dia-a-dia. Assim, pode-se estar a subestimar seriamente a competência linguística da criança.

A técnica de produção elicitada permite ultrapassar o referido obstáculo, com a vantagem de reunir um número robusto de dados sobre determinada estrutura, habitualmente em menos tempo, quando comparado com estudos longitudinais do discurso espontâneo das crianças. Conforme refere a mencionada autora (1998 – p. 81), este método funciona bem com crianças que tenham, pelo menos, cerca de três anos de idade.

Neste trabalho propusemo-nos testar a produção de clíticos dativos (1ª, 2ª e 3ª pessoas), por meio de 36 tarefas, nas seguintes condições:

- a) em contextos de ênclise em frases declarativas;
- b) em contextos de próclise (envolvendo interrogativas e negação);
- c) em contextos de ilhas.

Foram testados dois itens para cada uma destas três situações, de acordo com a pessoa gramatical.

À semelhança do que Costa & Lobo (2005) fizeram no seu estudo, a diferença entre objecto nulo e omissão é controlada através do teste de contextos de ilhas fortes na produção das crianças<sup>3</sup>.

A construção dos testes foi baseada no estudo experimental de Costa & Lobo (2005), que seguiram a experiência de Schaeffer (1997), adaptando-a para o PE de forma a controlar efeitos de colocação dos clíticos e a restrição sobre objectos nulos.

As tarefas de elicitación que foram elaboradas para este trabalho consistiam numa representação feita com bonecos em que se contava uma história à criança, verificando-se cinco tipos de situações:

- a) um dos bonecos dá uma continuação errada à história, que a criança terá de corrigir (contextos de ênclise);
- b) um dos bonecos demonstra ser distraído e pede à criança para o ajudar a relembrar o que aconteceu (contextos de ênclise e de próclise);
- c) é pedido à criança que ajude um ou mais bonecos, fazendo-lhes uma pergunta (contextos de próclise);
- d) é pedido à criança que saliente a não realização de uma determinada acção por parte de uma das personagens da história (contextos de próclise destinados a desencadear estruturas negativas);
- e) a criança é solicitada a concluir uma frase iniciada pelo experimentador (contextos de controlo de objecto nulo).

---

<sup>3</sup> Em contextos de ilhas fortes, o grupo de controlo composto por adultos nunca omitiu o argumento, produzindo quase sempre os clíticos dativos e apenas excepcionalmente DPs e pronomes fortes. Este facto fez com que considerássemos que, nestes contextos, a hipótese de eclipse de VP não fosse uma resposta possível por parte das crianças.

Nos testes, procurámos tornar saliente, do ponto de vista discursivo, o constituinte que deveria ser pronominalizado, favorecendo, consoante o contexto, a sua omissão ou pronominalização.

Por sua vez, a escassez de verbos utilizados para eliciar os clíticos deve-se ao facto de se terem privilegiado verbos mono-argumentais que, na nossa opinião, fossem compreendidos e produzidos pelas crianças. Assim, após consultarmos Busse (1994), demos preferência ao verbo TELEFONAR em detrimento de verbos como ACENAR, AGRADAR, AGRADECER, ASSOBIAR, OBEDECER, ORDENAR, PRESCREVER, PRESIDIR, REPUGNAR, RESISTIR, entre outros. Por este motivo, ao elaborar as tarefas para clíticos dativos, optámos por recorrer também a verbos ditransitivos. Assim, em cada uma das condições é utilizado um verbo mono-argumental e um verbo de duplo complemento como DAR e MOSTRAR. No entanto, também na nossa opinião, não são viáveis verbos ditransitivos como DECLARAR, DEVOLVER, ENVIAR, GARANTIR, INFORMAR, RECEITAR, entre outros, devido ao facto de termos previsto que se tornassem difíceis para as crianças.

**Exemplo de teste para a condição 1 (ênclise - 1ª pessoa do singular)**

*Experimentador:* A Avó quer fazer uma brincadeira contigo. Toma este telemóvel.

[A Avó telefona à criança]

*Avó:* Alô! Está tudo bem contigo? Estás-te a divertir? Então adeus, beijinhos!

*Fantoche:* Olha, a Avó assobiou ao(à) menino(a)!

*Experimentador:* Não foi nada disso! Diz lá ao Fantoche o que é que a Avó fez?

**RESPOSTA ESPERADA:** Telefonou-me.

**Exemplo de teste para a condição 2 (próclise – 2ª pessoa do singular)**

*Experimentador:* O Fantoche fez anos mas eu acho que a Avó se esqueceu de dar uma prenda ao Fantoche. Mas não tenho a certeza. Pergunta lá ao Fantoche se a Avó já lhe deu uma prenda.

**RESPOSTA ESPERADA:** (Fantoche) a Avó já **te** deu uma prenda?

**Exemplo de teste para a condição 3 (ilha – 3ª pessoa do plural)**

*Experimentador:* A Avó está com saudades dos Gémeos e decidiu telefonar aos dois.

*Avó:* Olá meus queridos, aí estou tão contente! Beijinhos!!!

*Experimentador:* Ouviste [*nome da criança*], a Avó ficou contente quando telefonou aos Gémeos.

*Fantoche:* Eu sei, eu sei!!! A Avó ficou contente quando assobiou aos Gémeos.

*Experimentador:* O quê?! O que é que estás para aí a dizer! Que disparate! Não foi nada disso, pois não? Diz lá ao Fantoche: a Avó ficou contente quando fez o quê aos Gémeos. Ela ficou contente quando...

**RESPOSTA ESPERADA:** **lhes** telefonou.

### 3.1. Caracterização da amostra

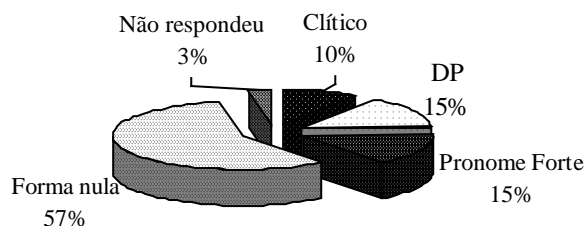
Os testes foram aplicados a um total de 14 crianças de infantários de duas cidades da área metropolitana de Lisboa: Queluz e Barreiro (esta situada na margem sul do Tejo). Na altura da investigação, seis deste grupo de crianças tinham cerca de três anos, sendo quatro do sexo feminino e duas do sexo masculino. As restantes oito tinham quatro anos de idade, sendo quatro do sexo feminino e quatro do sexo masculino. Para que estas crianças colaborassem neste estudo, foi necessária a autorização dos seus encarregados de educação. As diferentes tarefas foram aplicadas individualmente às crianças escolhidas, com gravação vídeo e áudio.

### 3.2. Tratamento estatístico

De modo a aumentar o rigor estatístico, foi sorteada a ordem de apresentação das diferentes tarefas a efectuar pelas crianças, utilizando-se a *Tabela dos números aleatórios*. No entanto, devido à reduzida dimensão da amostra, 14 crianças, apenas foi possível realizar estatística não paramétrica. Assim, no sentido de tratar e analisar estatisticamente os dados obtidos, foi empregue o teste não paramétrico de Wilcoxon e foi utilizado para esse efeito o programa *Statistics Package for Social Sciences 11.5* (SPSS).

## 4. Resultados

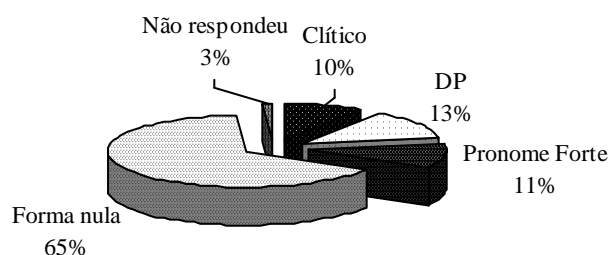
Após a recolha e registo dos dados, passámos à sua análise. Os resultados obtidos foram os seguintes:



Quadro 1: Produção de clíticos dativos

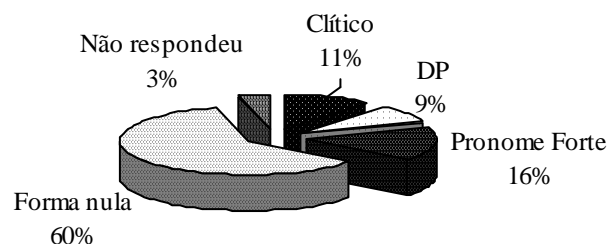
Podemos verificar no quadro 1 que, de um modo global, houve uma omissão significativa de clíticos dativos, independentemente de se tratar da condição 1, 2 ou 3. As crianças em estudo optaram preferencialmente pela forma nula (57%), seguidamente

a escolha vai para o pronome forte (11%) e depois para o DP (13%), embora a diferença entre estas duas variáveis não seja significativa. Por último, a opção vai para o uso do clítico (10%).



Quadro 2: Resultados obtidos para o contexto de ênclise

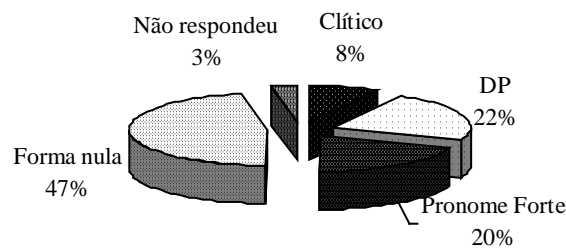
Podemos observar no quadro 2 que os resultados obtidos para condição 1 revelam que as crianças preferiram a forma nula (60%), a qual foi seguida pelo DP (13%), depois pelo pronome forte (11%) e logo em seguida pelo clítico (10%). A diferença entre estas três últimas respostas não é significativa.



Quadro 3: Resultados obtidos para o contexto de próclise

No quadro 3 constatamos que a situação para a condição 2 é idêntica à da condição 1 no que diz respeito à forma nula, pois foi a mais frequente (65%). No entanto, difere relativamente ao pronome forte (16%), o qual é seguido pelo clítico (11%) e pelo DP (9%), não sendo expressiva a diferença entre estes dois últimos resultados.

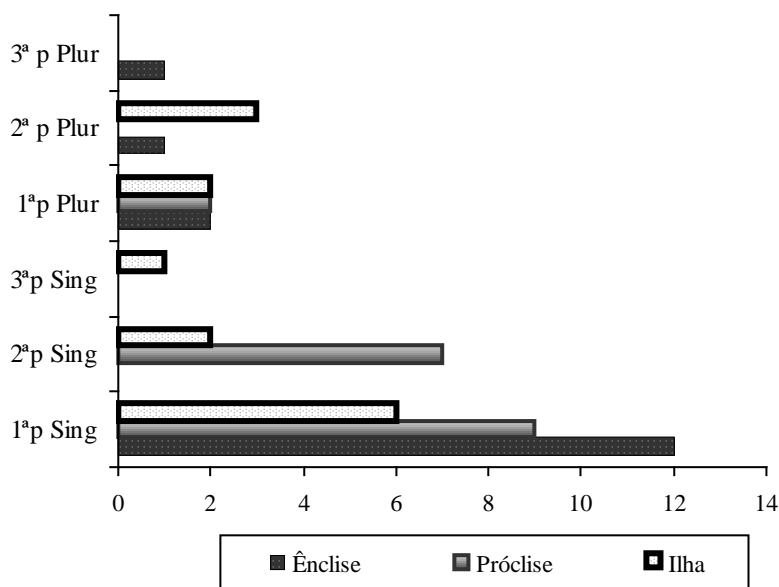




Quadro 4: Resultados obtidos para o contexto de ilha

Em contexto de ilha verificámos, como podemos observar no quadro 4, que as crianças também preferiram a forma nula (47%), embora este resultado seja inferior ao registado para ênclise e próclise. Após esta resposta, a que apresenta maior frequência é a do DP (22%), depois a do pronome forte (20%) e, por fim, a do clítico (8%).

É importante notar que há uma preferência constante pela forma nula em todos os contextos, seguida pelo DP em contexto de ênclise e ilha, enquanto que para próclise há uma maior preferência pelo pronome forte e só em seguida pelo clítico. Podemos, portanto, afirmar que o DP para a condição de próclise é a opção menos frequente.



Quadro 5: Resultados obtidos para ênclise, próclise e ilha de acordo com a pessoa gramatical

No quadro 5 apresentamos as frequências dos clíticos dativos quanto a pessoa gramatical, podendo-se verificar que houve uma preferência pela produção de clíticos de 1ª e 2ª pessoas do singular em detrimento das restantes em todas as condições. No plural, a condição que obteve maior número de frequências de produção foi a 2ª pessoa em contexto de ilha, seguida pela 1ª pessoa em todos os contextos. Mais uma vez, a 3ª pessoa foi a que obteve o número mais reduzido de frequências.

É relevante assinalar que as crianças do sexo masculino apenas produziram um maior número de clíticos dativos do que as crianças do sexo feminino em três situações: em ênclise 2ª e 3ª pessoas do singular e em próclise 2ª pessoa do singular.

A nível de análise estatística, o teste não paramétrico Wilcoxon revela que em quatro tipos de eliciações obtivemos valores à beira da significância (Próclise 1ª p singular 1º estímulo Vs 2º estímulo  $Z = -1,897$  e  $p = 0,058$ ; Próclise 3ª p singular. 1º estímulo Vs 2º estímulo  $Z = -1,890$  e  $p = 0,059$ ). Em duas situações os valores obtidos são significativos (Ilha 3ª p plural 1º estímulo Vs 2º estímulo  $Z = -2,07$  e  $p = 0,038$ ).

## 5. Discussão

Os resultados estatísticos obtidos no teste não paramétrico Wilcoxon leva-nos a questionar se os clíticos especificados quanto a caso dativo ainda não estão adquiridos nestas idades (2-4 anos) ou se um dos enunciados de eliciação de cada contexto não

está tão bem elaborado como o outro. Finalmente, podemos ainda pensar que, pelo contrário, um dos enunciados é suficiente para testar a condição considerada.

Conforme foi observado por Costa & Lobo (2005) relativamente a clíticos acusativos de 3ª pessoa, registou-se uma elevada taxa de omissão de clíticos dativos. Tal contraria a previsão considerada anteriormente com base na perspectiva clássica de Raposo (1986). Podemos, portanto, considerar que este resultado parece favorecer a hipótese da UCC, na medida em que não há diferença entre acusativos e dativos.

No entanto, registou-se uma maior percentagem de omissão de clíticos dativos de 3ª pessoa do que de 1ª e 2ª pessoas, o que nos permite afirmar que a especificação de pessoa gramatical interfere no desempenho das crianças portuguesas. Fica, assim, confirmada a previsão relativa ao ponto de vista menos restritivo de Costa & Duarte (2003) discutida anteriormente. Estes dados parecem ser favoráveis à hipótese de complexidade do sistema linguístico, que surge como explicação alternativa para a omissão de clíticos, uma vez que a UCC não prediz que haja diferenças relacionadas com pessoa, ao contrário da hipótese de Costa & Lobo (2005), que prevê que haja menor omissão quando não há alternância possível com objecto nulo.

A possibilidade de ocorrência de objectos nulos em contextos dativos (Costa & Duarte, 2003) também contribui para que o sistema seja complexo.

Por sua vez, verificou-se uma taxa significativa de produção de pronomes fortes em contextos de ilha forte. Tal não ocorreu em Costa & Lobo (2005) na eliciação de clíticos acusativos de 3ª pessoa, tendo sido observado um aumento de DPs. Também nos adultos, é frequente a substituição de clítico dativo por pronome forte. Este facto pode indicar que existe competição entre forma forte e clítico, o que poderá aumentar a complexidade do sistema.

Reinhart (1999) descreve que a construção de um conjunto de comparação (global) para determinar se uma dada derivação é apropriada num determinado contexto implica um custo de processamento. Esta autora argumenta que este custo é manifestado na fase de aquisição da linguagem, em que há dificuldades na selecção pós-sintáctica da melhor estrutura concorrente que integra um conjunto de referência.

Deste modo, podemos considerar que os problemas na produção de clíticos decorrem de escolhas pós-sintáticas entre derivações convergentes, reflectindo complexidade do sistema.

## **6. Conclusão**

Este estudo teve como objectivo analisar a produção de clíticos dativos em crianças de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os dois e os quatro anos.

Com os resultados obtidos nas diferentes tarefas elicitadas, podemos constatar que:

- (i) As crianças omitem clíticos dativos e têm a construção de objecto nulo. Encontrámos formas nulas em todos os contextos (ênclise, próclise e ilhas).
- (ii) As crianças omitem uma maior proporção de clíticos dativos de 3ª pessoa do que de 1ª e 2ª pessoas. Podemos, portanto, considerar que as

- diferenças obtidas para pessoa gramatical parecem favorecer a hipótese de complexidade em detrimento da UCC.
- (iii) A comparação crucial para decidir entre as duas hipóteses derivará dos resultados a obter para a especificação de pessoa e não tanto para a diferença entre acusativo e dativo.
  - (iv) As diferentes taxas de produção de pronomes fortes na condição acusativa (Costa e Lobo, 2005) e na condição dativa parecem indicar que a complexidade pode advir da tomada de decisão entre estruturas que competem em planos diferentes. Deste modo, podemos afirmar que relativamente ao contexto acusativo a competição relevante é entre objecto nulo e clítico, enquanto que para o contexto dativo a competição será entre objecto nulo, clítico e pronome forte.

Verificaram-se diversas limitações ao presente estudo. Podemos referir a reduzida dimensão da amostra, o facto de não haver o mesmo número de crianças nas diferentes faixas etárias, de se tratar de uma amostra de conveniência e de a experiência ter sido realizada apenas na zona da grande Lisboa. No entanto, este estudo poderá contribuir para uma melhor compreensão das duas hipóteses em confronto no que diz respeito à aquisição de clíticos.

### Referências

- Babyonyshev, Maria & Stefania Marin (2005) The Acquisition of Object Clitic Constructions in Romanian. In Gess, Randall S. & Edward J. Rubin (eds.), *Theoretical and Experimental Approaches to Romance Linguistics*, pp. 21–40.
- Busse, Winfried (1994) *Dicionário sintáctico de verbos portugueses*. Coimbra: Almedina.
- Costa, João & Inês Duarte (2003) Objectos nulos em debate. In Castro, Ivo & Inês Duarte (orgs.) *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mateus*. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 249-260.
- Costa, João & Maria Lobo (2005) A aquisição de clíticos em PE: omissão de clíticos ou objecto nulo?. In *Textos seleccionados do XXI Encontro Nacional da APL*, Lisboa: Colibri.
- Crain, Stephen & Rosalind Thornton (1998) *Investigations in Universal Grammar. A Guide to Experiments on the Acquisition of Syntax and Semantics*. Massachusetts: MIT Press.
- Duarte, Inês & Gabriela Matos (2000) Romance Clitics and the Minimalist Program. In Costa, J. (org.) *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press, pp. 116-142.
- Duarte, Inês, Gabriela Matos & Isabel Hub Faria (1995) Specificity of European Portuguese Clitics in Romance. In Faria, Isabel Hub & Maria João Freitas (orgs.) *Studies on the Acquisition of Portuguese*. Lisboa: APL / Colibri, pp. 129-154.

- Raposo, Eduardo Paiva (1986) On the Null Object Construction in European Portuguese. In Jaeggli & Silva-Corvalán (orgs.) *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris, pp. 373-390.
- Reinhart, Tanya (1999) The processing cost of reference-set computation: acquisition of stress shift and focus. Edição on-line.
- Schaeffer, Jeannette (1997) *Direct object scrambling in Dutch and Italian child language*, UCLA Dissertations in Linguistics, 17.
- Sportiche, Dominique (1996) Clitic Constructions. In J. Rooryck and L. Zaring (eds.) *Phrase Structure and the Lexicon*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp. 213-276.
- Thornton, Rosalind (1998) Chapter 4: Elicited Production. In McDaniel, D., C. McKee & H. S. Cairns (eds.) *Methods for Assessing Children's Syntax*. Massachusetts: MIT Press, pp. 77-102.
- Tsakali, Vina & Kenneth Wexler (2003) Why children omit clitics in some languages but not in others: new evidence from Greek. Edição on-line.
- Wexler, Kenneth, Anna Gavarró & Vicent Torrens (2003) Feature checking and object clitic omission in child Catalan and Spanish. Edição on-line.